



Etnicidade e Moralidade em Conceição do Imbé

Yuri Pinto Ferreira ¹

Resumo: O presente artigo objetiva lançar luz sobre as problemáticas que permeiam a temática relacionada às populações de remanescentes de quilombos. Nesse caso alinhavo modelos conceituais da antropologia, que versam tanto sobre a dimensão da etnicidade como da moralidade, que por sua vez emergem no processo de reconhecimento das minorias étnicas, aos dados obtidos através de incursão etnográfica realizada em Conceição do Imbé, que, por fim, me levaram a produzir novos questionamentos.

Palavras-chave: etnicidade, moralidade, quilombos.

▪ Introdução

O campo acadêmico relativo aos estudos raciais, a partir da década de 70, conheceu significativos deslocamentos que concernem às problemáticas entre a identidade negra e populações camponesas. Arruti (1997) identifica dois momentos da produção acadêmica, a saber, os estudos sobre comunidades rurais que apresentavam a especificidade de serem constituídas por negros, entre eles os trabalhos de Brandão (1977) e os de Vogt & Fry (1981), e os feitos a partir da década de 80, que sustentavam o preceito de comunidades negras que tinham a particularidade de serem camponesas, destacam-se os estudos de Queiroz (1983) e Bandeira (1988). A partir da década de 1990 a ênfase conceitual passou a ser conferida ao fator étnico, e não mais à condição camponesa. Essa mudança de ênfase se encontra alinhada a um contexto de reivindicação do rótulo de remanescentes de quilombos, presente no Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, por parte de inúmeras comunidades negras rurais, indicando a diversidade da estrutura fundiária brasileira, vide Almeida (1989), destaca-se também a participação de antropólogos que haviam acumulado reflexões em torno das populações indígenas. A teoria da etnicidade formulada por Barth foi utilizada em larga medida

¹ Graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal Fluminense

nas pesquisas relativas aos remanescentes de quilombos, profícua por permitir a conciliação de diversas implicações tanto metodológicas quanto éticas na atuação dos antropólogos (MELLO, 2012).

Conceição do Imbé se localiza no 9º distrito do município de Campos dos Goytacazes, possui cerca de 73 famílias e abriga parte do Parque Estadual do Desengano, a uma distância de aproximadamente 50 km em relação ao centro cidade. A experiência etnográfica realizada na referida região por, aproximadamente, dois meses me levaram a elaborar este artigo cujo objeto de análise será a questão étnica em consonância com a dimensão moral do processo de reconhecimento da localidade em questão enquanto remanescentes de quilombos.

Para os fins desse artigo é importante ressaltar o deslocamento que a teoria barthiniana produziu no campo relativo aos estudos étnicos no que se refere à ênfase dada ao caráter da autoatribuição e das fronteiras étnicas (podendo se se refletir na dimensão territorial) que os grupos mantêm. Essa perspectiva leva a compreensão do fenômeno da etnicidade, a partir de uma perspectiva relacional, e não essencialista. A diferenciação étnica, nesta perspectiva, advém do fato de que é justamente pelo permanente contato que os grupos mantêm determinados traços culturais, é pela dicotomização (nós/eles) que a continuidade desses grupos pode ser explicada. A partir de cada situação de interação é que os grupos contrastam seus respectivos pertencimentos ou exclusões, o que indica uma flexibilidade e dinamicidade em torno da construção da identidade étnica, constantemente (re)elaborada por meio de sinais diacríticos. (BARTH, 2000)

A teoria proposta por Barth (2000) dialogará com a dimensão moral no processo de reconhecimento, analisado por Cardoso de Oliveira (2005) no caso das etnias indígenas. Em confluência com Cardoso de Oliveira há de se mencionar as contribuições de Honneth (2003) que indicam a importância dos sentimentos de injustiça na origem da mobilização das minorias sociais, é a partir da experiência coletiva de violação de direitos que os atores canalizam suas demandas, assim, os sentimentos e experiências de injustiça se tornam as bases dos conflitos sociais.

A proposição de Arruti (2008) concernente ao “modelo descritivo das etnogêneses” também se torna fundamental para a compreensão deste processo na medida em que permite uma análise dos pontos de passagem entre o registro nativo e classificatório. O processo de etnogênese se encontra intrinsecamente ligado ao de invenção, na medida em que o próprio grupo passa a refletir sobre a reapropriação dos elementos culturais, entre eles a memória, para novos fins. Dessa maneira, o passado passa a oferecer um repertório simbólico para esses atores. Em

consonância com as proposições de Arruti, no final deste artigo, será proposta a operacionalização do conceito de cultura enquanto invenção, na sua conotação de criatividade proposta por Wagner (2012), com os dados provenientes da experiência do campo.

Há de se mencionar algumas contribuições da historiografia. O conceito de “campo negro” trabalhado por Gomes (2015) que claramente dialoga com os trabalhos de Mintz (2003) e Cardoso (1979) sobre a “brecha camponesa” no sistema escravista. Tal conceito permite compreender as diversas formas de territorialização que as famílias negras mobilizaram, bem como o fato de que a formação dos quilombos está ligada diretamente a uma economia de base camponesa que, paradoxalmente, abastecia os mais diversos setores da sociedade escravista.

Conceição do Imbé possui um histórico interessante para se pensar o processo de demandas pelo acesso à terra e políticas públicas conjugada à dimensão étnica. A referida localidade tem atraído a atenção de diversos pesquisadores, entre eles: Neves (2004), Silva (2015) e Ribeiro (2011). Alinhada ao contexto da decadência do setor sucroalcooleiro externo do eixo paulista, a usina Novo Horizonte começa a enfrentar problemas financeiros a partir de 1984, que reverberam no desabastecimento do armazém que os trabalhadores “compravam” os alimentos para suas respectivas famílias e na ausência de pagamento dos direitos trabalhistas. No que se refere ao período da falência da usina a maioria das pessoas com as quais conversei expressaram as dificuldades enfrentadas pelas famílias, vide o desabastecimento do armazém e a ausência de pagamento dos direitos trabalhistas, esta última que justificou o enquadramento das terras da usina no programa da Reforma Agrária, sendo dita a seguinte frase por um técnico do INCRA no movimento de reivindicação “Vocês querem terra ou dinheiro? ”.

Após as mobilizações dos trabalhadores, chegando até paralisar a usina, o programa de reforma agrária foi instaurado a partir de 1985 possibilitando que os moradores de Conceição do Imbé obtivessem seus respectivos lotes e pudessem produzir os mais diversos gêneros alimentícios para a venda em uma feira no centro da cidade, assim, associada à identidade de assentados emerge a de pequenos produtores rurais.

A temática relativa à autoatribuição étnica ganha complexidade quando determinado grupo da comunidade, especialmente os adventistas, solicitam no ano de 2004 a adesão ao rótulo quilombola presente no Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. A partir desse momento, conforme relatado por interlocutores, Conceição Imbé começa a presenciar um aumento no fluxo de pesquisadores oriundos das mais variadas instituições.

As questões do campo serão desenvolvidas levando-se em consideração o caráter situacional da autoatribuição étnica (BARTH, 2000) conjugada com a importância dos sentimentos de injustiça no bojo das reivindicações identitárias (HONNETH, 2003). Como salienta Cardoso de Oliveira (2005) a luta política pelo reconhecimento identitário se encontra apoiada em uma moral do reconhecimento. Nesse processo cabe verificar tanto os pontos de passagem entre a autoatribuição e a categoria jurídica de remanescentes (ARRUTI, 2008), bem como a criatividade (WAGNER, 2012) na reordenação dos elementos simbólicos.

- Autoatribuição e a negociação da identidade quilombola

Ao estabelecer contato com os moradores conheci Maria, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais que, ao se referir a questão da identidade quilombola, verbalizou o seguinte “Somos pequenos produtores rurais, não quilombolas”. Durante nossas conversas, Maria demonstrou grandes objeções frente à questão relativa à adoção do termo quilombola. Segundo ela a Associação Quilombola de Conceição do Imbé surge como um meio de seu atual presidente, o sr. Marcos, ter uma “associação para si”, de maneira a rivalizar com ela. Sua insatisfação, quanto a condução da associação por parte do sr. Marcos, se torna mais explícita quando indica que há um favorecimento dos parentes mais próximos.

Os contatos estabelecidos com o sr. Marcos, presidente da Associação Quilombola de Conceição do Imbé, eram permeados de um certo distanciamento - na dupla acepção. Tanto na época dos fazendeiros como na época da usina haviam somente casas das famílias, cuja estrutura era de barro, exceto o sobrado, que emerge na memória de alguns interlocutores como o locus de sofrimento que foi imposto aos seus antepassados. Nele havia um pelourinho, no qual os “rebeldes” eram castigados por seus “desvios de comportamento”. Pelas histórias que escutavam dos mais velhos, era comum ouvir gritos de castigos durante algumas noites. Um dos meus interlocutores disse que debaixo do assoalho da construção era um local que havia muitas casas de marimbondos, assim, as pessoas eram castigadas ficando lá por dias, enquanto um encarregado do fazendeiro dava fortes pisões no assoalho de modo a agitar os marimbondos. Em algumas conversas ficou nítido o fato de que os fazendeiros da região exerciam uma extrema coerção da liberdade dos antepassados dos moradores, uma vez que tanto para a realização de festas, muitas vezes associadas ao candomblé, como para o cultivo das roças era necessária haver uma permissão prévia destes agentes. Márcia, irmã da mãe do sr. Marcos, rememorava durante algumas de nossas conversas o tempo em que era criança e que costumava acompanhar sua mãe nos afazeres diários, ela conta que naquele tempo todas as mulheres da localidade tinham filhos pelas mãos de sua

mãe, que era parteira. Ressalta também que eram tempos difíceis devido aos castigos que eram impostos aos seus semelhantes, mas que preferia não lembrar desses fatos. Diz que sempre evita assistir as novelas de época, pois elas ativam em sua memória aquelas lembranças ruins. “O que aparece na televisão é igualzinho, as pessoas eram açoitadas. Mas quem gosta de lembrar coisas ruins?”.

No que tange a relação do sr. Marcos com os integrantes do movimento negro pude perceber que há uma certa tensão, pois, no desenrolar do trabalho de campo o mesmo pontuou que quando eles chegaram à localidade buscaram “resgatar as tradições que são reconhecidamente negras, o jongo e o candomblé” em vista de “preservar” a identidade. Tanto o sr. Marcos, quanto sua irmã Edna mostraram oposição quanto esta “imposição” que os ativistas estariam fazendo aos moradores da localidade. Ademais, o sr. Marcos sempre perguntava acerca do meu pertencimento religioso, e, quando tentei negociar a visualização de algumas atas da associação o mesmo chegou a propor que participasse de um curso de formação religiosa, que não aceitei. Ao perguntá-lo sobre o fato de ter havido alguma pessoa na região que pertencesse a alguma religião de matriz-africana, o mesmo respondeu, em um tom de menosprezo, “ graças a Deus isso não existe mais aqui “. Apesar do sr. Marcos indicar a inexistência de tais práticas, no final da realização do trabalho de campo pude conhecer a sra. Márcia, que vem a ser sua tia, e que voluntariamente se dispôs a rememorar os cantos do jongo que tinha aprendido com sua mãe.

Aspecto a ser ressaltado se refere ao fato de que a maioria das pessoas que conversei se mostrara reticente quanto ao emprego do termo quilombola. Uma frase que marcou o trabalho de campo foi, “ Somos descendentes de escravos, mas não quilombolas”, o que ilustra o alto grau de complexidade em torno da questão étnica e identitária.

- Apontamentos finais

Os dados anteriormente mencionados permitem analisar a questão em torno dos seguintes elementos: a) das possíveis confluências existentes entre as categorias de pequenos produtores rurais e remanescentes de quilombo, b) da dimensão moral quando elencam em suas memórias os castigos e a cessação de liberdade a que seus antepassados foram submetidos e c) do processo criativo na reordenação dos elementos simbólicos.

As categorias pequenos produtores rurais (nativa) e remanescentes de quilombos podem ser analisadas pelas relações que guardam entre si, e não por uma oposição. Quais seriam as confluências entre elas? Como ressaltado por Arruti

(2008) no “modelo descritivo das etnogêneses” o que está em jogo são as confluências, os pontos de passagem, entre a autoatribuição étnica (nativa) e autoatribuição do rótulo quilombola (normativa), que está em processo na localidade. Há um duplo registro classificatório. A frase “Nós somos descendentes de escravos, mas não quilombolas” ilustra a complexidade da questão. Ademais, cabe salientar que o discurso de alguns indivíduos que são adventistas parece associar diretamente o rótulo quilombola às práticas em torno das religiões de matriz africana, o que tenciona a questão relativa entre as passagens da autoatribuição étnica e a que se encontra presente no dispositivo constitucional. De que forma a identidade religiosa se articula (ou não) com a autoatribuição étnica? Ainda seguindo as contribuições de Arruti há de se ressaltar o caráter conflituoso que o processo de nomeação do grupo como remanescente pode engendrar entre seus respectivos atores, implicando em disputas de lideranças, como parece demonstrar os dados oriundos da experiência etnográfica.

Os dados relativos às memórias, expostos na seção anterior, podem ser alinhavados com as proposições de Lambek (1996), conforme citado por Mello (2012, p. 72), que encaram a centralidade do ato de recordar na articulação das expectativas e de pertencimento a determinado grupo. Ademais, cabe ressaltar a dimensão moral que alguns moradores mobilizaram ao justificar a adesão ao rótulo quilombola por meio dos castigos e da supressão de liberdade que seus antepassados foram submetidos. Os sentimentos de injustiça que preenchem as experiências morais dos indivíduos nas interações sociais podem levar a execução de ações coletivas, dadas a extensão e à similaridade da situação social que perpassam esses indivíduos (HONNETH , 2003 apud MELLO, 2012, p. 105). Cardoso de Oliveira (2005) converge com Honneth na medida em que ressalta o aspecto moral na demanda pelo reconhecimento indenitário, no caso das etnias indígenas, pois o autorreconhecimento pode ser referenciado com relação ao passado de agressões intencionais e, por conseguinte, de ofensas morais que os indivíduos e seus antepassados tenham sido submetidos por outros. O que chama de uma moral do reconhecimento. As proposições de Honneth e Cardoso de Oliveira solucionam até certo ponto o fato de que algumas pessoas reconhecem o passado de ofensas morais que negam o reconhecimento destes enquanto entes morais, no entanto o problema se complexifica quando mesmo cientes desse passado algumas pessoas se mostram reticentes quanto a adesão ao termo, o que significa que algo da experiência de grupo escapa ao rótulo de remanescentes de quilombos.

O conceito de cultura proposto por Wagner (2012) é um instrumental analítico interessante para se pensar os dados elencados na seção anterior. Wagner concebe a cultura enquanto invenção, na sua acepção de criatividade, também é

parte central do trabalho antropológico uma vez que por meio dele há duas operações distintas: tanto a objetificação dessa experiência quanto a operacionalização dela nos da cultura acadêmica, permitindo a compreensão dos seus pares. Ao construir sua compreensão de uma outra cultura o antropólogo a inventa no sentido criativo. Há uma síntese convenção-invenção. O que importa é que o caráter inventivo não se encontra somente na cultura “ocidental”, ele é estendido às demais. Como podemos pensar o movimento dialético convenção-invenção que os moradores de Conceição do Imbé efetuam na qualidade de assentados/pequenos produtores rurais para a adesão ao rótulo de remanescentes de quilombos? Quais elementos comunicacionais emergem na expressão dessa invenção?

- Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: HÁBETTE, J; CASTRO, Edna (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos*. Belém: NAEA/UFGPA, 1989, p. 163-96.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador/Brasília: Edufba/ ABA, 2008, p.315-50.

_____. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1988. *Território Negro em Espaço Branco: Estudo Antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2000.

BATESON, Gregory. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. Edusp, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*. Editora Universidade de Brasília, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A brecha camponesa no sistema escravista. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Estudos de áreas de fricção interétnica no Brasil. *América Latina*, v. 3, p. 89-90, 1962.

_____. Roberto Cardoso de. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. In: *Revista Antropológicas*, ano 9, volume 16(2): 9-40, 2005.

COHEN, Abner. Political anthropology: The analysis of the symbolism of power relations. *Man*, v. 4, n. 2, p. 215-235, 1969.

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. *Man*, p. 127-144, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de Campo*. São Paulo. v. 20, n. 20, p. 265-271, 2011.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Ed. 34, 2003.

LAMBEK, Michael. The past imperfect. Remembering as moral practice. In: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael (Ed.). *Tense past: Cultural essays in trauma and memory*. Nova York Routledge, 1996.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos*. Territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MINTZ, Sidney Wilfred. Era o escravo de plantação um proletário? *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*, p. 117-145, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. *Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural*. Intertexto, 2004.

QUEIROZ, Renato. *Caipiras Negros no Vale da Ribeira: Um Estudo de Antropologia Econômica*. FFLCH/USP, 1983.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis, Vozes. 2013.

RIBEIRO, Yolanda Gaffrée. *Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé – RJ*. 2014. UENF, Campos dos Goytacazes, 2011.

SIGAUD, Lygia. ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. 2008. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados*, v. 51, p. 107-142.

SILVA, Priscila Neves. A política pública quilombola. *Novas pesquisas*, v. 2, n. 1, 2015.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. 1981. "Ditos e Feitos da Falange Africana do Cafundó e da Calunga do Patrocínio (ou como Fazer Falando)". *Revista de Antropologia*, 26:65-92.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas .In: *Economia e sociedade*, v. 1, 1991, p. 267-277.

